

Servidores estaduais filiados ao Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco) tiveram, na tarde desta quarta-feira (8), a oportunidade de tirar dúvidas a respeito do Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui o Benefício Especial para Adesão Patrocinada ao Regime de Previdência Complementar do Estado (RPC/SC), administrado pela SCPREV. O PLC está em tramitação na Assembleia Legislativa.

Servidores estaduais filiados ao Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco) tiveram, na tarde desta quarta-feira (8), a oportunidade de tirar dúvidas a respeito do Projeto de Lei Complementar (PLC) que institui o Benefício Especial para Adesão Patrocinada ao Regime de Previdência Complementar do Estado (RPC/SC), administrado pela SCPREV. O PLC está em tramitação na Assembleia Legislativa.

Por meio de uma videoconferência que durou quase duas horas, o diretor-presidente da SCPREV, Célio Peres, detalhou o PLC e tirou dúvidas dos auditores fiscais da receita estadual sobre tudo que envolve o Benefício Especial, como as formas de cálculo dos valores e os requisitos para ter direito.

Videoconferências como a desta quarta-feira são parte de uma estratégia da SCPREV de prestar aos servidores públicos estaduais todas as informações para que eles tenham a segurança necessária para decidir se optam pela adesão ao Plano de Benefícios de Natureza Complementar da SCPREV.

A ideia do Benefício Especial é estimular a migração do maior número possível de servidores para o RPC/SC, o que representará, para o Estado, uma redução do endividamento com a previdência pública e uma economia no pagamento de benefícios previdenciários, pois proporciona uma desoneração futura nas despesas com aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS/SC).

Fonte: [SCPREV](#), em 10.09.2021.
